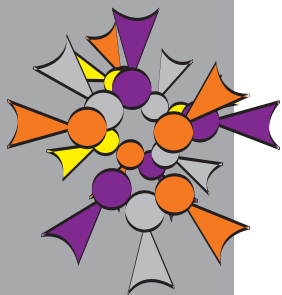


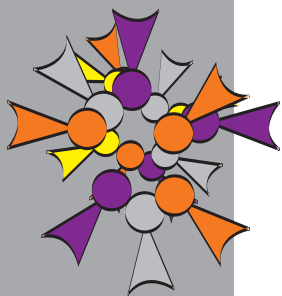
DANIELA PIAZZA FELISBERTO

PARQUE SOCIAL
Um Espaço de Cidadania

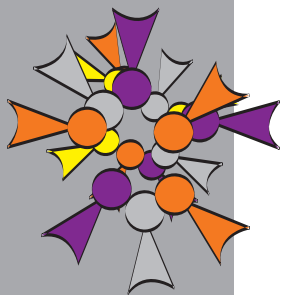
Trabalho final de graduação acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) realizado na disciplina de Trabalho Final de Graduação I na nona



CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2010

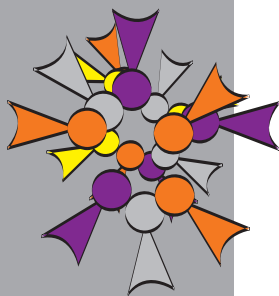


Agradeço primeiramente, e em especial, aos meus pais, pois sem eles nada seria possível, me forneceram boa educação e oportunidades; aos meus amigos, que me deram forças, e me apoiaram quando as dificuldades eram muitas; ao meu orientador, que me ajudou a manter o caminho certo; e a todos que de alguma maneira ou de outra se envolveram neste processo.



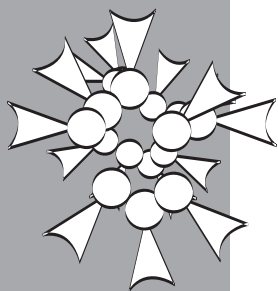
"Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais"..

Paulo Freire



1. Introdução.....	07
2. Sobre Exclusão Social	08
3. Justificativa.....	12
4. Objetivos.....	14
4.1 Objetivo Geral.....	14
4.2 Objetivos Específicos.....	14
5. Economicamente e historicamente desprivilegiados.....	16
5.1 No mundo.....	16
5.2 Brasil.....	18
6. Situação da Exclusão Social.....	20
6.1 Brasil.....	21
6.2 Santa Catarina.....	24
6.3 Criciúma.....	26
7. Consequências	28
8. Fatores de Inserção.....	29
8.1 Ações Afirmativas.....	29
8.2 Projetos Existentes.....	30
9. Área de Estudo.....	34
9.1 Áreas estudadas	35
9.1.1 Área 1	35
9.1.2 Área 2	36
10. Área de intervenção.....	38
10.1 Análise do recorte e terreno	39
10.1.1 Parâmetros Urbanísticos.....	40
10.1.2 Sistema Viário e Transporte Coletivo.....	41
10.1.3 Densidade Construtiva.....	42
10.1.4 Características de Uso.....	43
10.1.5 Gabaritos no Entorno.....	44

10.1.6 Áreas Alagáveis.....	45
10.1.7 Aspectos Ambientais e Paisagísticos.....	46
10.1.8 Condicionantes Gerais	47
10.2 Justificativa da Área de Intervenção.....	48
11. Partido Geral.....	49
11.1 Elaboração Logomarca.....	49
11.2 Conceito	51
11.3 Linguagem Arquitetônica.....	53
11.3.1 Materialidade.....	53
11.3.2 Função.....	55
11.3.3 Espacialidade.....	56
11.3.4 Implantação/Contexto.....	57
11.3.5 Forma.....	57
11.4 Programa de atividades.....	60
11.5 Zoneamento.....	61
11.6 Pré Programa de Necessidades.....	62
11.7 Desenvolvimento da Proposta.....	63
11.8 Intervenção Urbanística.....	64
11.9 Implantação.....	65
11.10 Memorial Justificativo.....	66
11.11 Detalhes Arquitetônicos.....	67
12. Referenciais Bibliográficos	70

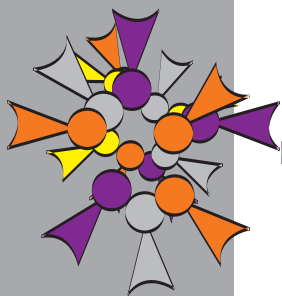
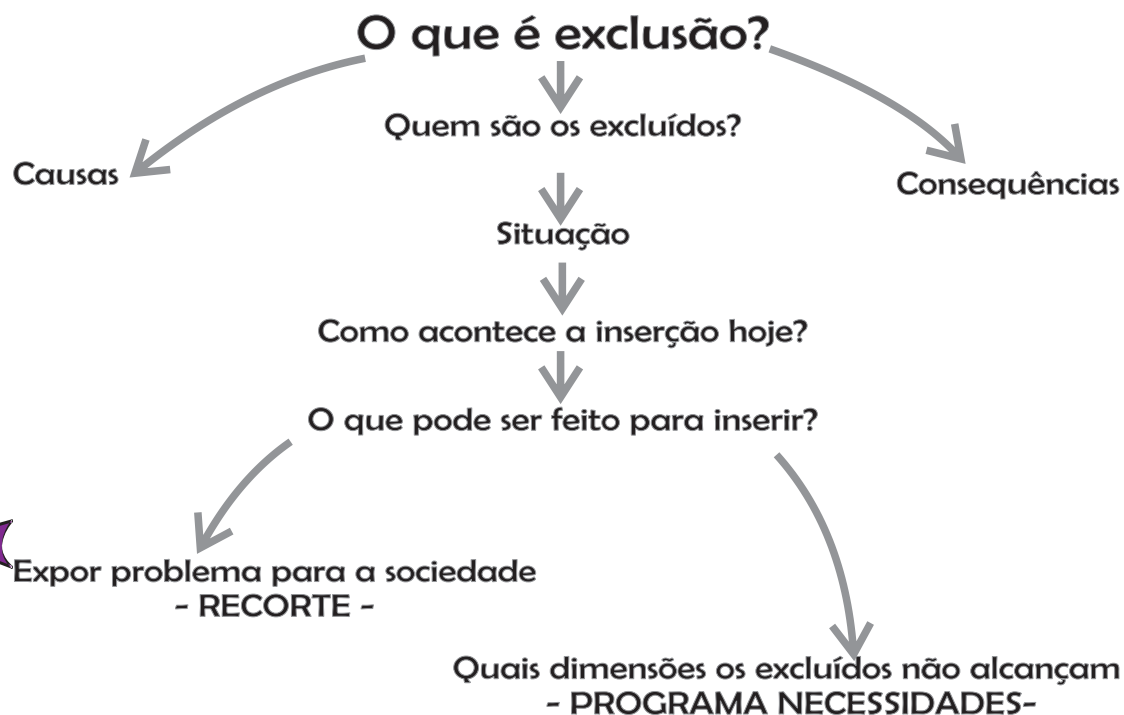


1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é baseado em um estudo teórico da exclusão social através de referenciais. A partir de análises históricas, conceituais, e conceitos presentes na sociedade hoje, é possível identificar o problema, suas causas, consequências e como a sociedade o encara.

Após análise de todos os condicionantes é lançada uma proposta pedagógica e arquitetônica que visa solucionar os problemas identificados. A proposta é compreendida em um centro de capacitação profissional, espaços de lazer, comércio e uma área pública de qualidade destinada à cidade de Criciúma.

Segue abaixo o esquema utilizado para a pesquisa:



2. SOBRE EXCLUSÃO SOCIAL

A necessidade de pertencer a um grupo social é inerente ao homem (Antunes, 2004). A partir do momento em que comunidades começaram a ser formadas, o homem sente o desejo de viver em conjunto com seus semelhantes. O ser humano isolado, vivendo a margem de grupos sociais, não se reconhece não se identifica.

A exclusão social está presente na sociedade desde a antiguidade, quando na Grécia escravos, mulheres e estrangeiros eram excluídos, embora fosse tido como normal para todos.

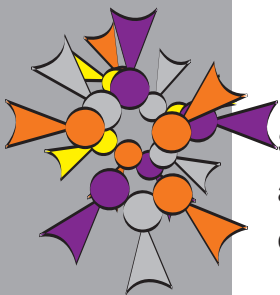
Apenas no final do século XX o termo exclusão social foi citado na França por Lenoir (1974), identificando os excluídos a partir dos indivíduos que apareceram como resíduos dos trinta anos de desenvolvimento. No Brasil, apareceu pela primeira vez, quando Hélio Jaguaribe, analisando escritos de Lenoir, e a pobreza crescente no país, define os excluídos como os desligados do mercado, resultado da crise econômica que se inicia em 1981.

Embora o termo exclusão social ainda não possua um conceito formal, alguns parâmetros podem ser analisados para identificar a existência do mesmo. Segundo o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

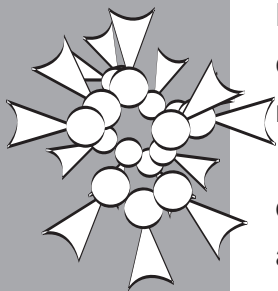
"Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. "

Segundo Sposati¹ (1998), a exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de cidadania e dos direitos sociais. Ela afirma que é a negação da cidadania. A exclusão em sua essência, é multidimensional, atinge diversos

¹ Professora titular da PUC/SP, coordenadora do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP e vereadora da Câmara Municipal de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores em exposição originalmente apresentada no Seminário Exclusão Social, realizado na PUC/SP, em 23/04/98, com os professores Sergé Paugam, do Institut National de la Statistique et des Études Économiques – França e Lúcio Kowarick, da USP.



2. SOBRE A EXCLUSÃO SOCIAL



segmentos da sociedade, sendo que os países com menor poder aquisitivo, são afetados em maior profundidade. Alguns aspectos em que a exclusão é apresentada, dizem respeito à falta de oportunidade de empregos, a bens e serviços, a segurança, justiça, cultura e cidadania.

Embora o fator econômico seja um dos principais pilares que sustentam a exclusão social, ela é gerada também pela política e pelo social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, das etnias, da identidade e diferentes outros setores.

Há distinção entre pobreza e exclusão social. A exclusão social se refere também à discriminação, a estigmatização. Condições comportamentais também são fatores que influenciam este fenômeno apesar de não estarem relacionados com a retenção de bens. Goffman (1986) propõe que se perceba a estigmatização como uma forma de classificação social, pela qual uma pessoa identifica a outra através de certos atributos, seletivamente reconhecidos pelo sujeito que classifica, como positivos ou negativos. Aqueles que atendem aos atributos reconhecidos como positivos, constituem a categoria dos “normais”, os demais compõem a categoria dos “estigmatizados”. Relaciona as normas sociais com as construções das identidades, sejam elas pessoais ou grupais.

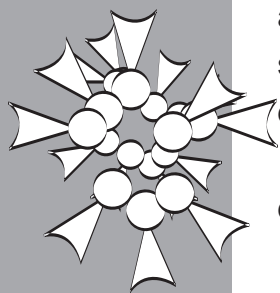
Considera também que a concepção de estigma, ao invés de se referir a indivíduos concretos, deva considerar o processo social no qual os dois papéis se interpenetram, o do normal e o do estigmatizado, e lembra que certamente cada pessoa, em algum momento da sua vida, viveu ambas as situações. Estigmatizados e normais não aparecem mais divididos em categorias, mas como perspectivas, geradas em situações sociais nas quais determinadas normas estabelecidas não foram cumpridas.

Goffman mostra, ainda, como o sentimento de insegurança costuma dominar o indivíduo estigmatizado na medida em que ele nunca sabe se será aceito pelos “normais” ou se virá a ser percebido, unicamente, através de seus



Imagem 01 - Exclusão Social

FONTE: <http://www.brianchong.com.my>



atributos estigmatizantes. É comum se isolarem e ficarem deprimidos.

Estas normas são ditadas pela cultura do local, dos lugares que se frequênta, e principalmente pela mídia. Ela hoje é a grande responsável por grande parte das normas sociais estabelecidas nas comunidades. Dizem o que vestir, o que falar o que sentir. Quem não se encaixa, é excluído, tido como fora do "normal".

Isso não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui o abandono, a perda de vínculos, que necessariamente não passam pela pobreza.

Segundo o relatório do Banco Mundial, este seria um padrão de vida obsoleto:

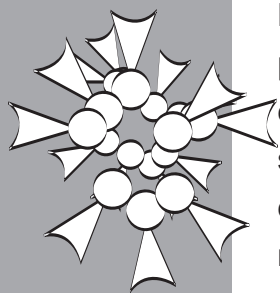
"pobreza não é o mesmo que desigualdade. Há que enfatizar essa diferença. Enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida obsoleto de uma parte da sociedade – os pobres -, desigualdade se refere a padrões de vida relativos de toda a sociedade, mas a desigualdade mínima (situação em que todos são iguais) é possível tanto com pobreza zero (ninguém é pobre) quanto com pobreza máxima (todos são pobres)". (Banco Mundial 1990 APUD Sposati página 4).

A exclusão social está também diretamente ligada com a mobilidade social. Com o acesso a oportunidades que possam mudar a realidade dos excluídos. A qualidade dos espaços em que vivem também deve servir de referência assim como acesso a tudo que a cidade possa lhes oferecer, como áreas e serviços públicos.

Considerando a exclusão social como uma situação onde a falta de acessos e oportunidades oferecidas à sociedade por seus membros e que ela seja necessariamente multidimensional, ela se exprime em diferentes dimensões, e que segundo AMARO, são elas:

do SER, ou seja, da personalidade, da dignidade, da auto-estima e do auto-reconhecimento individual;

do ESTAR, ou seja, das redes sociais, desde a família, às redes de



vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade.

do FAZER, ou seja, das tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego remunerado (uma vez que a forma dominante de reconhecimento social assenta na possibilidade de se auferir um rendimento traduzível em poder de compra e em estatuto de consumidor), quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado;

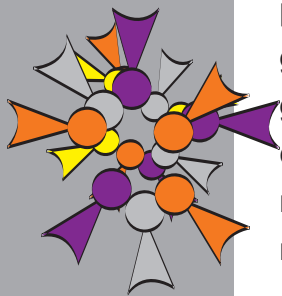
do CRIAR, ou seja, da capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projetos, de inventar e criar ações, quaisquer que elas sejam;

do SABER, ou seja, do acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal), necessária à tomada fundamentada de decisões, e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente;

do TER, ou seja, do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade, da capacidade aquisitiva (incluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e consumo).

A exclusão social é, portanto, segundo esta leitura, uma situação de não realização de algumas ou de todas estas dimensões. É o “não ser”, o “não estar”, o “não fazer”, o “não criar”, o “não saber” e/ou o “não ter”.

Existem inúmeros estudos sobre exclusão, já que este está presente em todas as sociedades existentes neste planeta. Embora estes sejam discutidos por diversas áreas, não existe uma definição certa do que é a exclusão social. A complexidade envolvida no assunto impede que uma definição seja elaborada. Mas essa complexidade é expressa com clareza na referência feita ao conceito pelo Comissariado Geral de Planeamento do governo francês: "A noção de exclusão social é saturada de significados, não-significados e contra-significados. Pode-se fazer quase qualquer coisa com o termo, já que ele exprime o ressentimento daqueles que não podem obter aquilo que reivindicam".



3. JUSTIFICATIVA

Visto que não existe nenhum centro, ou instituição de apoio às pessoas excluídas da sociedade, que traga um suporte psicológico, capacitação profissional e principalmente, uma inserção social, é necessário e positivo o projeto de um complexo que ofereça suporte a essas pessoas.

É também válido algo que eduque a sociedade, fazendo-os ver como estas pessoas, embora diferentes do padrão aceito como normal, também são seres humanos. Quebrar estigmas e preconceitos em torno delas.

A miséria, a falta de educação, o preconceito pela sociedade, a falta de oportunidades são elementos indispensáveis para estes resultados desastrosos que a nossa sociedade capitalista está gerando. Atitudes devem ser tomadas para mudar esta realidade. Karl Marx já dizia que o sistema capitalista entraria em colapso, e é visto que realmente já está em colapso. É hora da sociedade rever seus conceitos, superar o preconceito e a indiferença, e perceber que independente da nossa realidade social, somos todos iguais.

Embora a exclusão social afete um grande leque de "grupos sociais", é necessário focar em um grupo específico para garantir o sucesso do projeto. Embora não esteja correto definir um grupo de excluídos em maior desvantagem, os excluídos a nível econômico, representam a maioria dos excluídos. Por este motivo, este sujeito será focado no projeto proposto.

Toda pessoa que foge do padrão ditado pela sociedade e principalmente pela mídia pode ser considerado excluído. Mesmo na tempestade da globalização, a importância da mulher tem se tornado evidente. A lógica da globalização e das cadeias produtivas, muito oportunas para o capitalismo contemporâneo, incorporou os bolsões mundiais de trabalho barato, sem necessariamente elevar-lhes a renda. Os empregos formais crescem menos rapidamente do que os diretos. Quando o trabalhador encontra oportunidades



Imagem 02- Inclusão Social

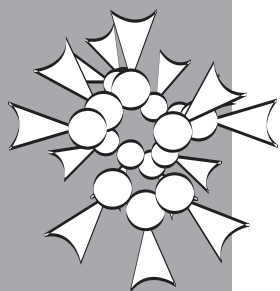
FONTE: <http://www.fundacaoaprender.org.br>

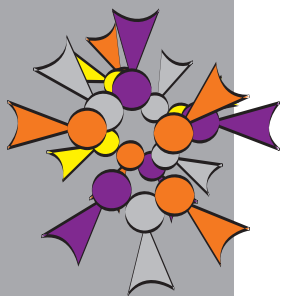
3. JUSTIFICATIVA

bem remuneradas no trabalho flexível, exerce uma jornada que lhe rouba qualquer possibilidade de lazer e capacitação. O setor informal acumula o trabalho precário e a miséria. E especialmente nos países pobres, os governos comprometidos com a estabilidade não têm conseguido orçamentos suficientes nem estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos (Dupas, 1999).

Políticas de equidade consideram as diferenças entre as pessoas. A diferença constitui uma face da identidade, da relação entre o eu e os outros. É necessário que os indivíduos se relacionem com outros para que possa ser portador e criador de conhecimentos. Considerando essas premissas, cada ser humano é a história de suas relações sociais, sendo necessária uma mudança de preceitos na sociedade. A educação a nível geral, social. A idéia de integrar todos estes problemas e articular uma solução para a maioria deles num mesmo espaço físico, e num mesmo projeto é interessante, diferente, e possivelmente positivo.

Segundo Saffioti & Almeida (1995), “Rigorosamente, toda diferenciação, seja da natureza, seja da sociedade, é positiva, porquanto representa enriquecimento.





4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo do trabalho é desenvolver pesquisa e ante-projeto arquitetônico de um espaço público, com a intenção de ser mantido pelo município, e pela renda gerada no espaço, onde atividades de cultura, lazer, esporte, juntamente com a capacitação e qualificação profissional, venham a ser desenvolvidas, diminuindo a segregação sócio-econômica e a estigmatização sofrida por comunidades excluídas.

Além disso, o projeto possui o intuito de despertar na sociedade a cidadania, e articule conhecimentos entre os diferentes grupos sociais existentes na cidade de Criciúma, e assim, diminua a distância entre eles.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

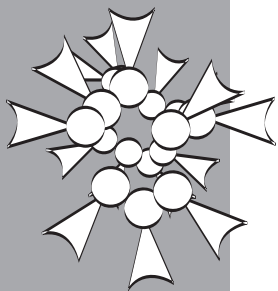
- Oferecer um espaço para a promoção de capacitação e qualificação social dos excluídos na cidade de Criciúma, através de oficinas e cursos.
- Gerar um espaço de lazer e interação social, para a cidade, onde a sociedade e excluídos possam compartilhar o mesmo espaço, possibilitando assim uma maior troca entre eles.
- Possibilitar uma parceria com a Universidade do Extremo Sul Catarinense, escolas ou empresas interessadas para aprimorar os ensinamentos dos usuários do Centro proposto.

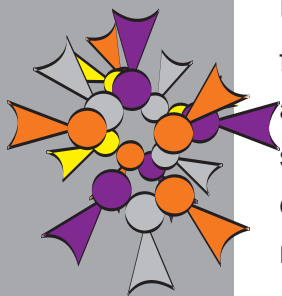


Imagem 03 - Inclusão Social
FONTE: Internet

4. OBJETIVOS

- Promover um local de qualidade urbana, para encontro, lazer e educação dos moradores da cidade.
- Através da arquitetura e das atividades propostas, ter o propósito de expor os problemas sociais da sociedade para toda a cidade. Implantando o centro em um local visível e de fácil acesso a todos. Gerando a possibilidade de conscientização dos moradores da cidade em geral.
- Oferecer um espaço apropriado para apoio psicológico daqueles que não possuem acesso a um profissional psicólogo.
- Promover um espaço adequado para a educação. Além da profissionalização e alfabetização, instruir cultura visando uma melhor qualidade de vida.
- Promover espaços de inclusão digital, para que os usuários estejam mais capacitados para o mercado de trabalho.





5. ECONOMICAMENTE E HISTORICAMENTE DESPRIVILEGIADOS

5.1 No mundo

A partir da década de 80 observou-se a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, que se convencionou chamar de globalização. Algumas das características distintivas desse processo foram a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional – viabilizado pelo movimento de queda generalizada de barreiras protecionistas e pela crescente presença de empresas transnacionais.

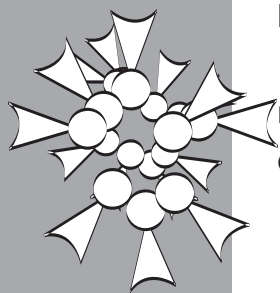
Na Europa, devido ao crescimento do número dos sem-teto e da pobreza urbana, a exclusão começou a ser percebida pela sociedade. Minorias étnicas e imigrantes não encontraram a melhoria econômica nos países de primeiro mundo, mas sim certa dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, e quando inclusos, a natureza destes empregos era precária.

Os desafiados e pertencentes a esse mercado precário passam a ser denominados de socialmente excluídos. A partir de então, este tema ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos. (Castel, 1998)

Estudando a problemática da integração social na Europa e nos Estados Unidos, Silver (1999), seleciona três paradigmas ligando cada um destes a uma filosofia política. Sendo que o paradigma da "solidariedade" estaria associado ao republicanismo, sendo a exclusão a quebra de vínculo entre os indivíduos e a sociedade. Nesse paradigma cabe ao Estado a obrigação de ajudar na inclusão dos indivíduos. No da "especialização", associado ao liberalismo, a exclusão se refere à discriminação.



Imagem 04 - Favela Brasileira
FONTE: Internet



Nesse caso, o Estado deve garantir o trânsito do excluído nas categorias sociais. No paradigma do “monopólio”, ligado a social-democracia a exclusão seria explicada pela formação de monopólios de grupos sociais.

O sistema capitalista, por natureza, é gerador de excluídos sociais. Embora ele empregue uma aparente igualdade, ele é estruturalmente excludente. Fica cada vez mais evidente que o pleno emprego é incompatível com o processo de acumulação. Assim, a impossibilidade de universalização do emprego é a primeira grande e universal manifestação de exclusão social sob o capitalismo. Marx já falava sobre isso na metade do século passado, dizendo que este fenômeno é um resultado do processo de acumulação.

Além de fatores econômicos, a ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra Mundial, como também a quebra da universalidade da cidadania conquistada no Primeiro Mundo é causa da atual exclusão social. Acrescenta-se o fato de que a segunda metade do século XX vem sendo marcada mundialmente pelo direito a diferença. Agora, noção de igualdade só se completa se compartilhada à noção de equidade.

Então hoje, não basta um padrão universal se este não comportar o direito à diferença. O padrão é equânime e não mais homogêneo.

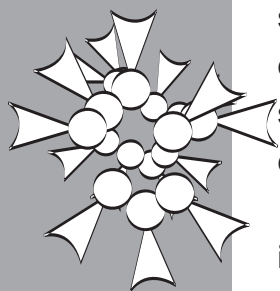
Em 1948 foram consagrados os direitos humanos, e em 1979 eram afiançados os direitos da criança enquanto fase específica do desenvolvimento humano. Cúpulas mundiais passaram a incluir a mobilização mundial pelo direito a diferença e não apenas tratar de temas ligados à sobrevivência humana, como habitação e meio ambiente.

Um dos maiores exemplos deste caminhar é a cúpula de Beijin sobre a mulher, que inclui o IDHS (índice diferencial por gênero) do IDH (índice de desenvolvimento humano) construído pela ONU/PNUD. (Sposati, 1998)



Imagem 05 - Favela Brasileira

FONTE: Internet



5.2 No Brasil

O primeiro elemento a ser levado em consideração é a história do país. O Brasil é uma sociedade marcada pela colonização, que parte do conceito discriminador entre colonizador e colonizado. Era um castigo de degradação para alguns portugueses serem trazido para a colônia. Tratava-se portanto de um território de segregação.

Além da colonização, o país sofreu com o processo de escravidão, que seqüestrou a condição humana à elite e fez de negros e índios objetos de demonstração de riqueza. A articularidade da história brasileira mostra ainda um país que se fez independente colocando como seu rei o filho do rei colonizador, o que tornou uma independência pouco séria na revolução de valores que possa ter imprimido. Há grandes dificuldades da particularidade brasileira em construir a universalidade de condição humana a todos os brasileiros. A concepção de exclusão social como perda de uma conquista, pressupõe a anterior universalidade da cidadania. No caso brasileiro este patamar de universalidade da cidadania não foi ainda consagrado nem na sociedade nem no Estado.

A cultura predominante no Brasil divide a sociedade entre proprietários e não proprietários, entre elite e ralé.

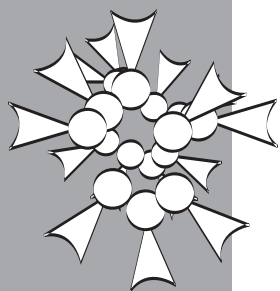
Diferente dos países do primeiro mundo, neste país o acesso a serviços sociais públicos é considerado uma manifestação da miserabilidade ou incapacidade em obter o desejado acesso a um serviço pago. E não se trata de serviços de assistência social, e sim, em serviços de educação e saúde, com exceção das universidades, onde a educação pública é principalmente para a sociedade rica. Nossa cultura não incorpora padrões básicos e universais de cidadania. A inclusão é circunstancial, casuística e seletiva.

O Estado brasileiro não assume como responsabilidade pública a inclusão social. Consolida uma concepção de inclusão e direciona através de



Imagem 06 - Retrato da Exclusão Social
FONTE: br.olhares.com

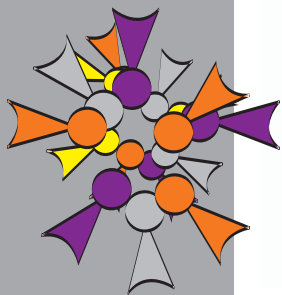
5. ECONOMICAMENTE E HISTORICAMENTE DESPRIVILEGIADOS



ações filantrópicas da sociedade. Torna-se assim a inclusão social um sistema que seleciona algumas pessoas para serem incluídas e outras continuam excluídas. (Sposati, 1998)

Analisando a passagem da escravidão para o processo de acumulação pré-industrial no Brasil, Kowarick, elaborou com precisão a noção de que o trabalhador brasileiro configura "uma forma de vida da mão para a boca" (Kowarick 1987), ou seja, a condição de humanidade é extremamente rebaixada, em uma sociedade de tradição escravocrata.

No Brasil, a inclusão, se dá através da presença da exclusão como uma condição indigna e desqualificada de vida humana. Os excluídos sociais são os mendigos, homens de rua, favelados, pessoas em situações de extremo rebaixamento. O padrão mínimo da qualidade de vida no nosso país é herança dos anos de escravidão e está incluído em nossa cultura. A exclusão representa apenas uma perda virtual, de algo que nunca possuímos, e



6. SITUAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Para situar a exclusão social em relação aos outros países do mundo, é importante analisar o IDH nos países ricos, da América Latina e do Brasil. O IDH sintetiza três índices, que medem a longevidade, educação e renda. A média mundial é expressa pelo triângulo laranja, onde se observa que a dimensão com maior desenvolvimento é a educação (0,75) e a com menor é a longevidade (0,70). O Brasil (triângulo azul) se aproxima mais dos países ricos (triângulo verde) na dimensão educação (diferença de 0,14) e fica mais distante na variável renda (diferença de 0,22).

O Brasil (triângulo azul) tem o mesmo índice de renda da média mundial (laranja) e da América Latina (vermelho). Supera a média dos 173 países pesquisados em educação, mas fica abaixo da média latino americana em expectativa de vida.

A média do IDH Brasileiro é 0,757 ficando em 73º no ranking mundial.

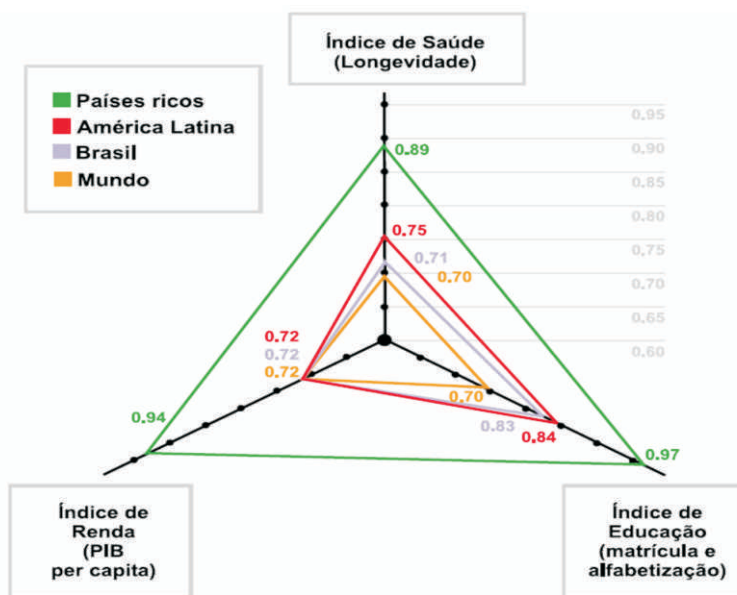


GRÁFICO 1 - IDH do Brasil, do Mundo e América Latina

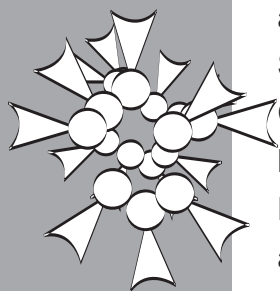


Imagem 07 - Retrato da Exclusão Social

FONTE: br.olhares.com

GRÁFICO 1
FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de desenvolvimento humano 2002.

[online] Disponível em:
<http://www.pnud.org.br>



6.1 No Brasil

No Atlas de Exclusão Social, um projeto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Fundação João Pinheiro e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atualizado pelos dados do Censo de 2000 do IBGE, é constatado que após um período de melhoria – 1960 a 1980 – as taxas de exclusão social no Brasil voltaram a crescer, entre 1980 a 2000. Os autores do estudo apontaram como causa do aumento do índice o aparecimento de um novo tipo de exclusão, relacionado à violência e ao emprego, que se soma à “velha exclusão”, atrelado à pobreza e à educação.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2003, por sua vez, demonstra que, desde 1975, o Brasil é o país que subiu mais posições na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano. Os dois fatores mais importantes que explicam essa evolução foram o aumento da expectativa de vida da população e os avanços na escolaridade de nossas crianças. A grande maioria das Unidades Federativas do Brasil situa-se na faixa de médio desenvolvimento humano. Os estados que estão situados na faixa de alto desenvolvimento são, respectivamente, Distrito Federal, (0,844), São Paulo (0,814), Rio Grande do Sul (0,809), Santa Catarina (0,806) e Rio de Janeiro (0,802). Em 2000, como em 1991, nenhum estado brasileiro situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano

Indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano e do Índice de Exclusão Social mostram que grande parte da desigualdade de renda está associada à desigualdade educacional. Segundo os autores do Atlas da Exclusão Social, a exclusão social observada nas áreas localizadas acima do Trópico de Capricórnio está relacionada pura e simplesmente à não alfabetização, devido à baixa ou nenhuma escolaridade dos chefes de família. O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil revela que 14,8% da população brasileira é analfabeta.

6. SITUAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

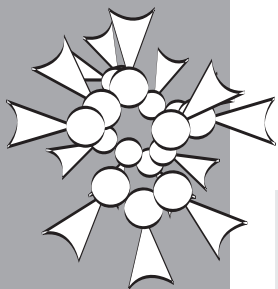
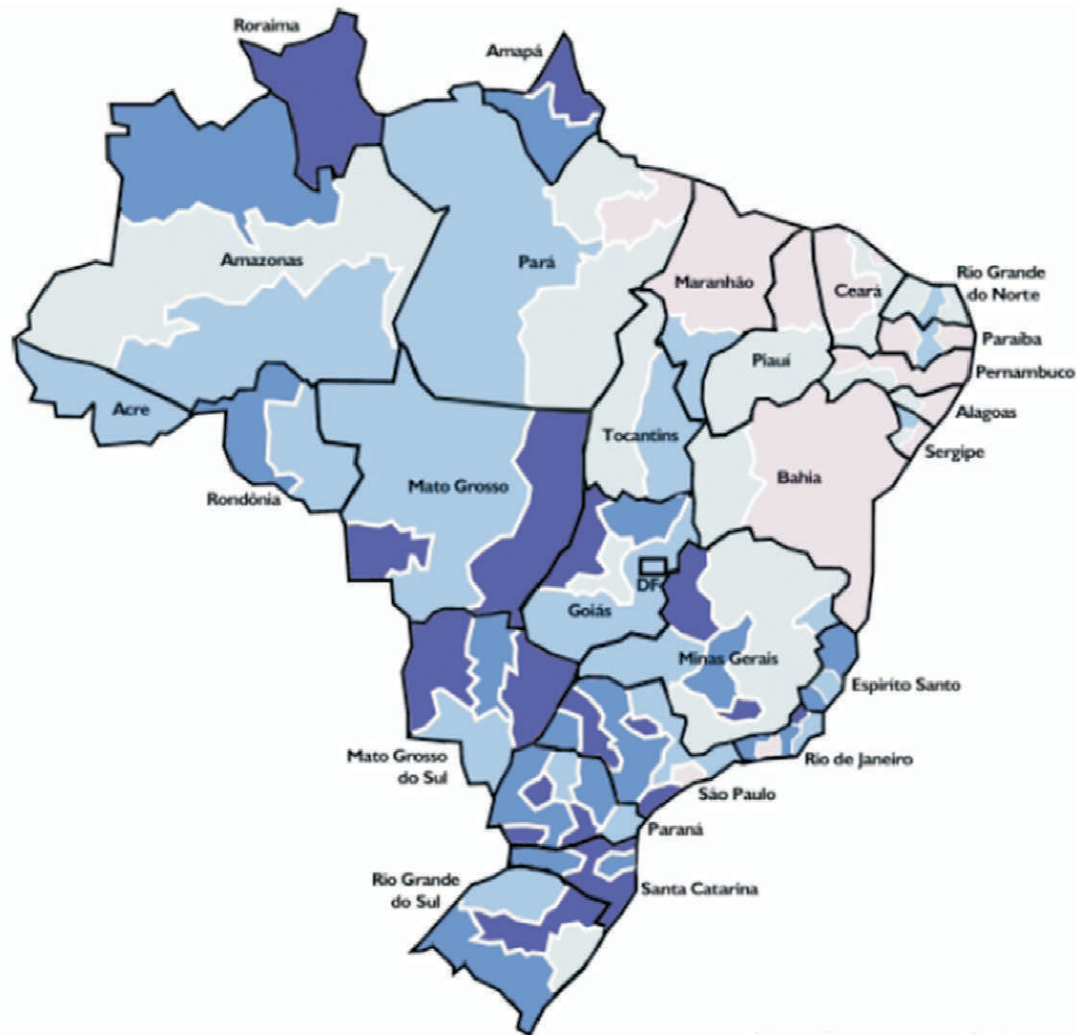


GRÁFICO 2 - População de 15 a 24 anos Não Alfabetizada por Mesoregião Geográfica - ano 2000



Cor	De	Até
Dark Blue	636	2.545
Blue	2.592	4.825
Light Blue	5.002	10.058
Very Light Blue	10.548	25.891
Pink	26.209	78.411

GRÁFICO 2
FONTE: IBGE . Censo Demográfico 2000.
Rio de Janeiro, 2000.

* Pessoas alfabetizadas para o IBGE, são pessoas acima de 5 anos que sabem ler e escrever.

6. SITUAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL

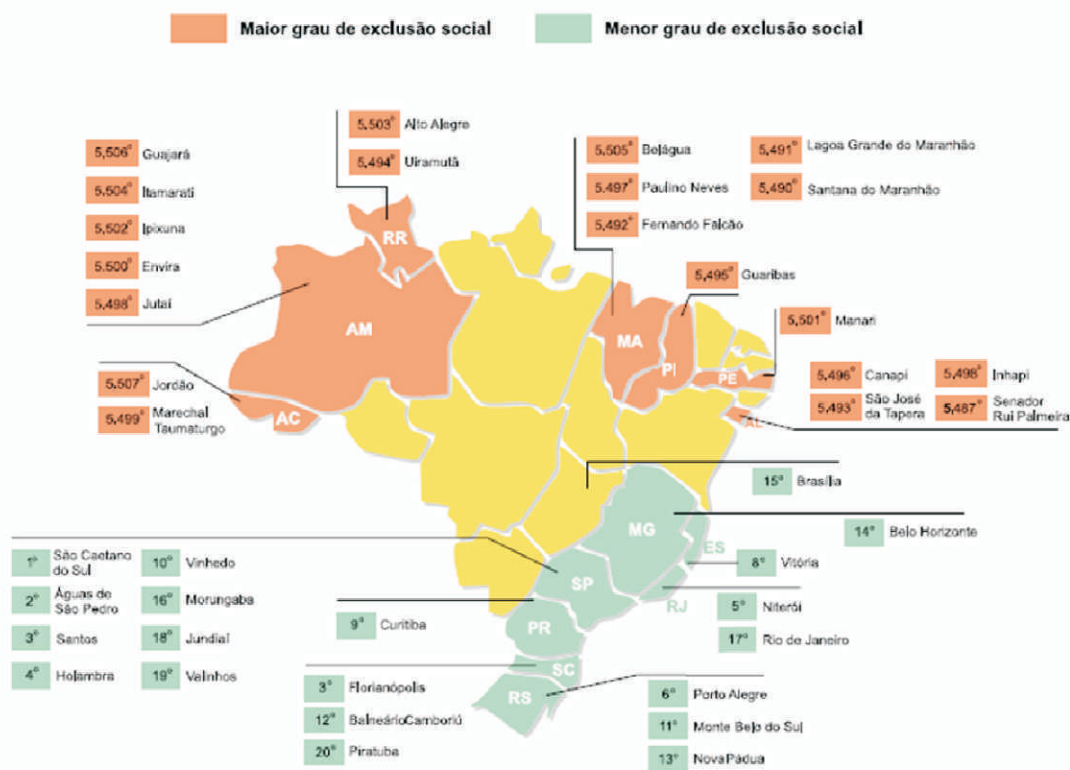
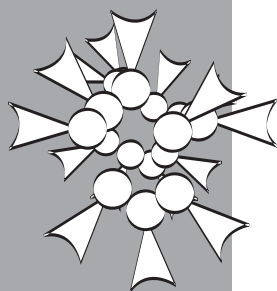


GRÁFICO 3 - Mapa da exclusão social - 20 melhores e piores posições

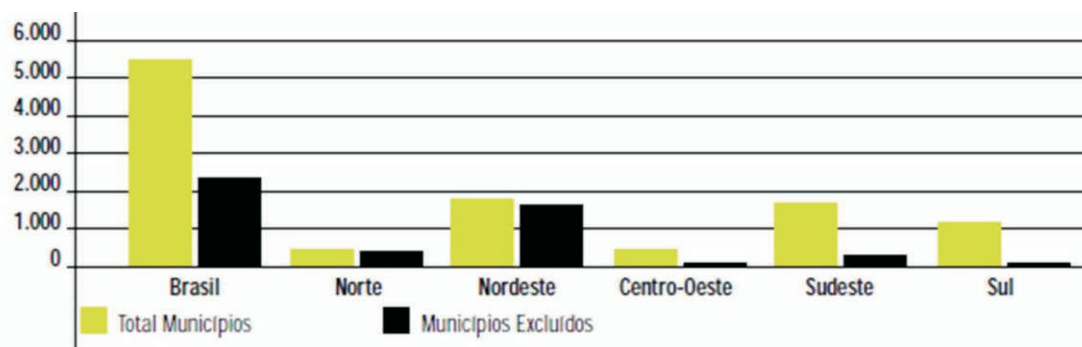


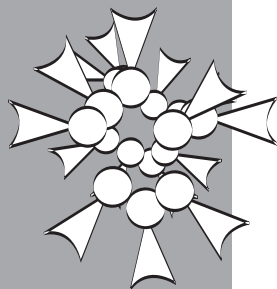
GRÁFICO 4 - Brasil e Regiões geográficas - Municípios excluídos

GRÁFICO 3

FONTE: POCHAMANN, Márcio (org); AMORIN, Ricardo (org). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez 2003

GRÁFICO 4

FONTE: IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000



6.2 Em Santa Catarina

De acordo com o Mapa da Fome, Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina produzido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, há um total de 665 mil pessoas, ou 12,4% da população do estado de Santa Catarina, consideradas sem renda suficiente para garantir a sua própria alimentação.

Apesar de estes números serem significativos e preocupantes, a situação de Santa Catarina é privilegiada no contexto brasileiro. Apesar da ausência de estudos com a mesma metodologia, a Síntese dos Indicadores Sociais 2002 mostra que o estado tem 7,4% da sua população com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (que engloba boa parte da população sem renda suficiente). Após Santa Catarina, vêm São Paulo (com 8,8%) e Rio de Janeiro (com 11,3%). No Brasil, esse percentual é de 18,9%. A população de indigentes está distribuída desigualmente nas diferentes regiões do estado, com percentuais que variam de 4,5% a 26,8% da população.

O mapa a seguir apresenta as pessoas com renda insuficiente por município em percentual e número de municípios.

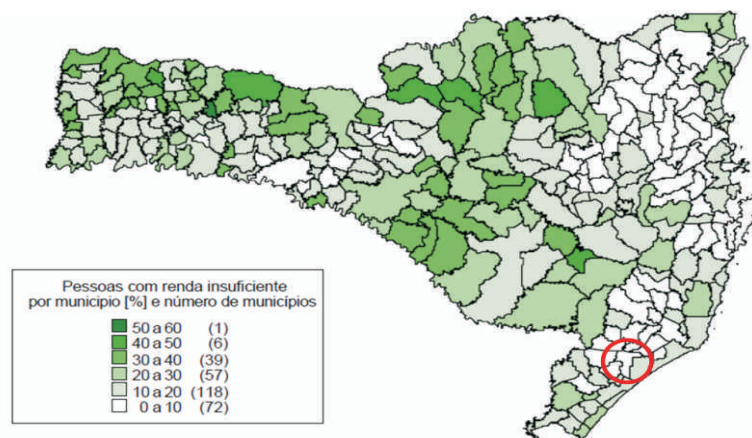


GRÁFICO 5 - Santa Catarina - Pessoas com Renda Insuficiente, por município - 2000

GRÁFICO 5

FONTE: GOVERNO FEDERAL DE SANTA CATARINA, **Diagnóstico da exclusão social em SC - "mapa da fome"**. Santa Catarina, 2003

Também é possível verificar a densidade das pessoas com renda insuficiente por município, fica evidente que Criciúma possui muitos habitantes por km^2 , como mostra a figura a seguir:

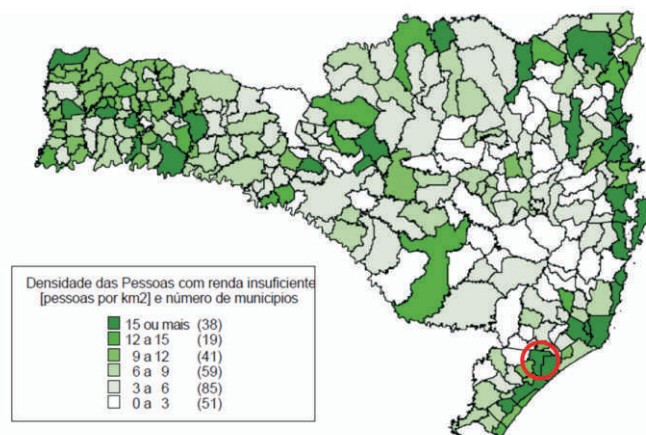


GRÁFICO 6 - Santa Catarina - Densidade das Pessoas com Renda Insuficiente

O Pnad – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2001, estratifica a renda pessoal por número de salários mínimos, a pesquisa detectou um total de 2.814.131 pessoas ocupadas em Santa Catarina.

Desse total, em Santa Catarina, 76,6% dos empregados têm a sua relação de trabalho formalizada (com carteira assinada). Este índice é o maior do Brasil, e contrasta com estados onde esse percentual só alcança 30%. Alguns dos municípios de Santa Catarina estão entre os de melhor IDH no Brasil. Florianópolis é o 4º colocado; Balneário Camburiu o 9º; Joaçaba o 10º e Joinville o 14º.

GRÁFICO 7 - Santa Catarina - Pessoas Ocupadas e não Ocupadas e Pessoas Ocupadas por estratificação de número de salários mínimo - 2001

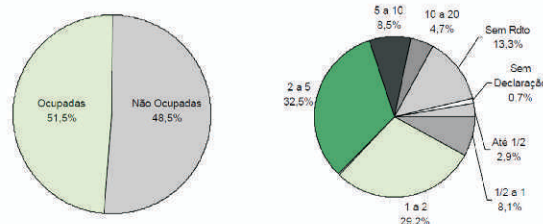
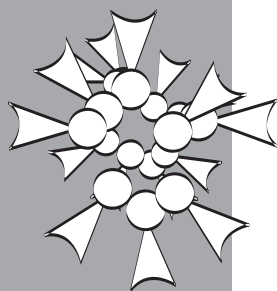


GRÁFICO 6

FONTE: GOVERNO FEDERAL DE SANTA CATARINA, **Diagnóstico da exclusão social em SC - "mapa da fome"**. Santa Catarina, 2003

GRÁFICO 7

FONTE: IBGE, Pnad, 2001



6.3 Em Criciúma

Análises realizadas no Mapa da Fome, Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina produzido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente revelam que Criciúma não é a cidade mais afetada pela exclusão social, seus números confirmam que está na média catarinense. Porém, este não é um motivo para não se preocupar com o problema. Estudos mostrados posteriormente mostram que cidades em desenvolvimento e com uma grande taxa de crescimento, como Criciúma, tendem a possuir altos índices de exclusão, baixa alfabetização e qualidade de vida. É importante crescer com qualidade e com a preocupação de não deixar pessoas serem excluídas ao longo do caminho do desenvolvimento. Alguns dados representados a seguir por gráficos, mostram que alguns bairros já estão sendo atingidos pela exclusão.

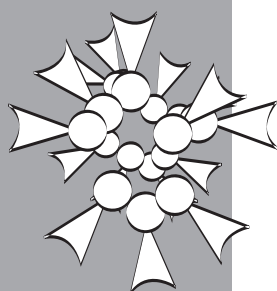
N. REGIAO	PESSOAS [Nº]	PER CAPITA MENSAL [R\$]	RENDIA INSUFICIENTE		PESSOAS POBRES		PESSOAS COM RENDA INSUFICIENTE	
			[Nº]	[%]	[Nº]	[%]	[Nº]	[%]
01 São Miguel Do Oeste	143.642	231,40	31.212	20,7%	70.123	46,5%	6.787	16,9%
02 Maravilha	59.669	233,03	13.481	19,4%	30.488	43,9%	2.961	15,7%
03 São Lourenço do Oeste	67.828	236,69	17.604	26,0%	33.166	48,9%	3.913	22,4%
04 Chapecó	207.920	319,73	28.941	15,2%	82.316	43,4%	6.746	12,8%
05 Xanxerê	133.483	265,31	30.540	22,9%	64.818	48,6%	6.999	19,8%
06 Concórdia	142.086	325,17	18.028	12,7%	47.818	33,7%	4.875	12,5%
07 Joaçaba	107.948	314,24	14.912	13,3%	40.406	36,0%	3.373	10,6%
08 Campos Novos	56.703	214,89	14.465	26,8%	29.439	54,4%	3.245	22,1%
09 Videira	104.552	292,52	13.035	13,6%	35.901	37,4%	2.886	10,9%
10 Caçador	96.205	240,64	20.525	22,1%	45.178	48,6%	4.353	17,6%
11 Curitiba	70.058	219,80	17.509	26,2%	37.129	55,6%	4.109	23,1%
12 Rio do Sul	130.419	307,63	15.381	11,8%	42.879	32,9%	3.612	10,0%
13 Ituporanga	69.293	248,51	9.149	13,2%	25.824	37,3%	1.988	10,7%
14 Ibirama	70.948	265,00	8.154	11,5%	22.774	32,1%	1.754	9,1%
15 Blumenau	431.373	418,78	19.355	4,5%	71.647	16,6%	5.059	4,0%
16 Brusque	153.149	368,84	8.385	5,5%	31.806	20,8%	2.503	5,7%
17 Itajaí	394.137	403,48	42.014	10,7%	118.438	30,0%	10.686	9,5%
18 São José	724.272	515,76	55.962	7,7%	163.455	22,6%	16.128	7,7%
19 Laguna	130.373	239,62	23.450	18,0%	54.106	41,5%	5.728	15,1%
20 Tubarão	205.178	337,37	16.090	7,5%	58.958	27,6%	4.143	6,9%
21 Criciúma	332.875	345,84	25.472	7,8%	88.249	27,2%	6.411	7,1%
22 Araranguá	160.169	270,60	22.817	14,2%	62.753	39,2%	5.557	12,1%
23 Joinville	530.503	381,23	57.321	10,8%	156.577	29,5%	13.966	9,4%
24 Jaraguá do Sul	167.503	378,12	7.672	4,6%	32.158	19,2%	2.177	4,7%
25 Mafra	208.976	251,05	33.070	15,8%	83.626	40,0%	7.100	12,7%
26 Canoinhas	122.974	242,56	30.770	24,4%	65.366	51,8%	6.542	19,5%
27 Lages	221.760	288,58	48.257	20,8%	105.896	45,6%	11.149	17,8%
28 São Joaquim	50.075	222,37	12.359	24,7%	27.576	55,1%	2.835	20,5%
29 Palmitos	62.289	286,83	9.559	15,1%	24.038	37,9%	2.216	12,5%
TOTAL DO ESTADO	5.356.360	349,32	665.489	12,4%	1.752.908	32,7%	159.801	10,7%

GRÁFICO 8

FONTE: GOVERNO FEDERAL DE SANTA CATARINA, Diagnóstico da exclusão social em SC - "mapa da fome". Santa Catarina, 2003

GRÁFICO 8 - Santa Catarina - População, renda per capita mensal, pessoas com renda insuficiente, pessoas pobres, segundo as regiões político administrativas - 2000

6. SITUAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL



BAIRRO	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	RENDAPER	PESSOAS COM RENDA	
	[No]	[Nº]	CÁPITA MENSAL [R\$]	[Nº]	[%]
Ana Maria	984	3 425	257,95	310	9,1%
Boa Vista	571	2 103	201,55	244	11,6%
Bosque do Repouso	118	419	576,07	17	4,1%
Brasília	1 248	4 337	277,86	365	8,4%
Ceará	303	1 181	475,06	58	4,9%
Comerciário	1 456	4 734	929,00	119	2,5%
Cristo Redentor	868	3 317	162,76	476	14,4%
Cruzeiro do Sul	334	1 100	1.046,06	25	2,2%
Fábio Silva	444	1 631	185,47	205	12,6%
Imigrantes	296	1 122	271,91	96	8,6%
Jardim Angélica	528	1 943	405,51	112	5,8%
Jardim Maristela	346	1 262	473,56	62	4,9%
Lote 6	193	698	559,09	29	4,2%
Maria Céu	735	2 442	381,53	150	6,1%
Michel	498	1 839	700,32	61	3,3%
Milanese	560	1 864	397,79	109	5,9%
Mina Brasil	483	1 674	593,90	66	3,9%
Mina do Mato	945	3 376	321,21	246	7,3%
Nossa Senhora da Salette	1 566	5 480	321,75	398	7,3%
Operária Nova	1 035	3 512	325,58	252	7,2%
Paraíso	334	1 283	163,65	183	14,3%
Pinheirinho	1 728	6 050	348,45	406	6,7%
Pio Correa	674	2 286	1.380,99	39	1,7%
Primeira Linha	113	426	315,63	32	7,4%
Próspera	960	3 367	437,72	180	5,3%
Recanto Verde	136	482	299,23	38	7,8%
Santa Augusta	909	3 539	277,23	298	8,4%
Santa Bárbara	1 103	3 818	501,48	178	4,7%
Santa Catarina	339	1 168	644,36	42	3,6%
Santo Antônio	937	3 511	293,75	279	8,0%
São Cristóvão	440	1 444	427,49	79	5,5%
São Francisco	705	2 689	230,86	272	10,1%
São João	523	2 030	137,57	345	17,0%
São José	4 727	13 783	1.218,25	264	1,9%
São Luís	665	2 338	417,76	131	5,6%
Universitário	238	814	382,24	50	6,1%
Vera Cruz	255	912	634,99	34	3,7%
Vila Rica	380	1 348	250,28	126	9,3%
Sem especificação	19 357	71 673	242,35	6.908	9,6%

GRÁFICO 9 - Criciúma - Domicílios, população, renda per capita mensal e pessoas com renda insuficiente nos bairros - 2000

GRÁFICO 9

FONTE: GOVERNO FEDERAL DE SANTA CATARINA, *Diagnóstico da exclusão social em SC - "mapa da fome"*. Santa Catarina, 2003

7. CONSEQUÊNCIAS

As consequências da exclusão social e os impactos que causa na sociedade se confundem com as próprias causas do problema. A pobreza, violência, analfabetismo e falta de qualidade de vida, podem ser tanto uma consequência, como uma causa do fato de o indivíduo estar avulso na sociedade.

Porém, uma coisa é certa, o problema da exclusão social não pode ser visto pela sociedade como algo normal, como simplesmente o resultado da globalização. Não pode ser aceito o fato de que algumas pessoas mereçam mais que as outras e que possuam mais direitos em uma cidade em que todos devem ser tratados iguais. A exclusão social deve ser vista como um problema, como um câncer na sociedade e que só tende a crescer e fazer parte do dia a dia.

A maneira mais adequada para mostrar as reais consequências da exclusão não é através de dados ou estimativas e sim, de imagens. Segue a seguir um apanhado de fotos:



Imagem 09 - Retrato da Exclusão Social
FONTE: br.olhares.com



Imagem 10 - Retrato da Exclusão Social
FONTE: br.olhares.com

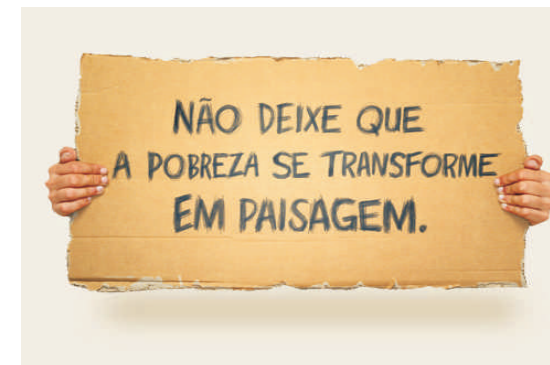
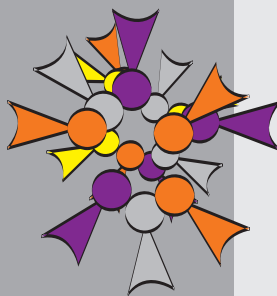


Imagem 08 - Pobreza e Paisagem
FONTE: Internet



Imagem 11 - Retrato da Exclusão Social
FONTE: br.olhares.com



8. FATORES DE INSERÇÃO

8.1 Ações Afirmativas

As ações afirmativas surgem num momento em que a distribuição de renda não é suficiente para apoiar o universo dos excluídos. Por se basear apenas nisso, é que grande parte das políticas públicas não obtém o resultado esperado, tratando de maneira uniforme destinatários tão diversos.

Apartir do momento em que o Direito percebe e trata os excluídos em sua especificidade, é que as ações afirmativas são executadas.

Joaquim Barbosa Gomes, um dos maiores estudiosos brasileiros no que diz respeito às ações afirmativas, assim se manifesta sobre o seu surgimento:

"A introdução das políticas de ação afirmativa representou, em essência, a mudança de postura do Estado, que em nome de uma suposta neutralidade, aplicava suas políticas governamentais indistintamente, ignorando a importância de fatores como sexo, raça e cor".

ROCHA (1997), manifestando-se acerca da questão diz que as ações positivas seriam uma maneira de promover a igualdade daqueles que se encontram excluídos por preconceitos arraigados no seio da sociedade. Também afirma que a ação afirmativa é uma:

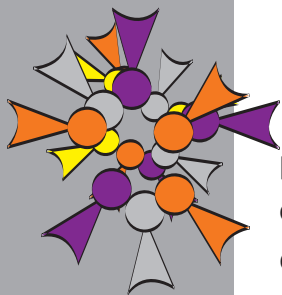
"mudança comportamental dos juízes constitucionais de todo o mundo democrático pós-guerra, atentos à necessidade de uma transformação na forma de se conceberem e aplicarem os direitos, especialmente aqueles listados entre os fundamentais".

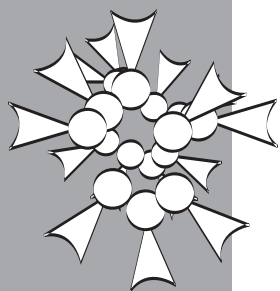
Resumidamente as ações positivas são a adoção, pelo Estado, de **políticas públicas** para implementar medidas que visam assegurar um maior **equilíbrio social**, através da **imposição ou incentivos** de determinados comportamentos por particulares ou instituições públicas. Não somente vedar a



Imagem 12 - Casa do Moinho

FONTE: <http://www.casadomoinho.org.br/>





discriminação no presente, mas eliminar os efeitos dela do tempo passado, educar a sociedade, e conscientizá-la que apesar de diferentes, somos todos seres humanos pertencentes a uma mesma sociedade. Tais quais:

- Cotas
- Redução de impostos (deficiente físico adquirindo veículo)
- Isenção de pagamento em transporte público para idosos
- Entre outras.

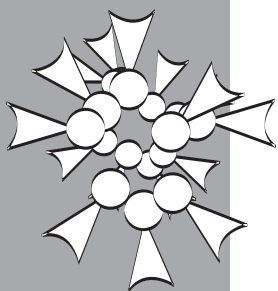
Não se pretende, com as ações positivas, tornar os indivíduos iguais buscando uma identidade entre eles, mas sim de se reconhecer a sociedade como plural assumindo suas diferenças e buscando enfrentá-las de modo a garantir a diversidade cultural.

8.2 Projetos Existentes

Além das ações afirmativas, muitos são os projetos pedagógicos desenvolvido por governos, prefeituras e até empresas privadas que visam melhorar a qualidade de vida da comunidade excluída, e oferecer um maior leque de oportunidades, gerando possibilidade de mobilidade social. Tais quais:

- ASPEC – Associação De Pesquisa, Cultura E Amparo A Excluídos Sociais é uma entidade sem fins lucrativos, representativa de todas as pessoas que se dedicam ao estudo, pesquisa, antropologia e história dos problemas humanos que levam indivíduos a serem excluídos sociais
- Programa de Fomento à Liberdade e Substituição Penal - Com o objetivo de promover cursos de capacitação profissional e ressocialização social ao preso provisório da capital que esteja respondendo a ação penal que apura crime de menor potencial

8. FATORES DE INSERÇÃO



ofensivo, passível, pois, de aplicação de pena alternativa, a Defensoria Pública do Estado do Pará promove o projeto que está sendo coordenado pela Defensora Pública Mônica Belém.

- Fábrica para produção de lajotas - mão de obra realizada pelos detentos, no regime semi-aberto, do presídio Santa Augusta. O projeto da fábrica foi elaborado pelo governo municipal, por meio da secretaria do sistema Viário, além de uma negociação com a direção do Santa Augusta.
- Projetos realizados pela Universidade do Extremo Sul Catarinense em parceria com o Presídio Santa Augusta através do Programa Educação para a Cidadania, em 2005. Foram integradas as atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação (Psicologia, Engenharia Civil, Direito e Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição) na cadeia pública. Foram realizados vários projetos:

Execução penal - Este projeto permanente tem o objetivo de prestar assistência advocatícia, com relação à execução da pena, aos detentos que não possuem condições de constituir advogados. Todos os pedidos, como livramento condicional, remissões de pena, indulto, progressão de regime, são efetuados.

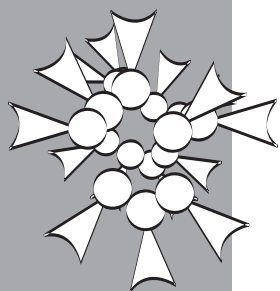
Cidadania na construção civil - No início foi realizado um diagnóstico para verificar o interesse dos detentos e motivá-los para a qualificação. Após, foram realizadas palestras e cursos de servente e pedreiro, com o projeto "Uma alternativa de qualificação para egressos e egressas do Presídio Santa Augusta, através da construção civil".



Imagem 13 - Programa Educação para a cidadania

FONTE: <http://www.unesc.net/retrospectiva>

8. FATORES DE INSERÇÃO



Projeto Integração - Com atividades de lazer e recreação, em datas especiais, como Dia das Crianças e Natal.

Projeto Natal Reciclado - O projeto, criado pela Unesc, envolveu os detentos do Presídio Santa Augusta, que confeccionaram o material utilizado na decoração de Natal do campus da Unesc, utilizando garrafas pet. Todos os enfeites foram produzidos por uma parceria que envolveu 65 detentos do Presídio Santa Augusta, além de universitários e o Bairro da Juventude. Com o tema Natal Reciclado, foram confeccionadas cerca de 13 mil flores, produzidas a partir de 26 mil garrafas de pet, 237,5 quilos de tinta e 115 litros de tinner, entre outros.

Centro de Capacitação Profissional Casa do Moinho - oferece cursos profissionalizantes na área de hotelaria e hospitalidade a jovens entre 17 e 23 anos que tenham concluído o ensino médio. Os cursos, estruturados em duas modalidades conforme a atual legislação do MEC para os cursos técnicos, abrangem: Hospedagem e Cozinha. Ambos têm duração de um ano e carga horária de 800 horas divididas em aulas teóricas e práticas profissionais realizadas na própria unidade que conta, inclusive, com um hotel-escola anexo, um grande diferencial na formação dos futuros profissionais. Práticas profissionais: Governança, Almoxarifado, Recepção e Lavanderia. O CCP Casa do Moinho tem seus cursos aprovados pela Diretoria Regional de Ensino desde 1998 e o nível de empregabilidade é de mais de 80% dos alunos formados.

Outras ações - Também foram desenvolvidas outras atividades, independentes dos projetos, como oficina de artesanato com as detentas e palestras em diversas áreas, a pedido dos internos e internas, com temas diversos, como saúde da mulher, nutrição e

8. FATORES DE INSERÇÃO

primeiros socorros. Também foi realizada a Ação Comunitária - atendimentos na área da saúde, atividades de lazer, jogos, dança, oficina de brinquedoteca com os filhos de detentos e detentas. A atividade permitiu a ampliação de cursos envolvidos com o projeto do Presídio.

A existência destes projetos mostra que o problema da exclusão social já foi identificado por parte da sociedade, e estas pessoas estão tentando melhorar a qualidade de vida da comunidade excluída. Porém ainda são poucos os recursos oferecidos e não há um espaço adequado para a execução de projetos de qualidade. Também nota-se que a autonomia é pouca, e a iniciativa sempre vem de órgãos superiores. É necessário que estas pessoas possam ter iniciativa de lutar pela mobilidade social, sendo que o estado e parcerias privadas ofereçam estas oportunidades.

